

DIMENSÕES ATITUDINAIS DO ALFABETISMO¹

Vera Maria Masagão Ribeiro²

Resumo: Este artigo traz os resultados de uma pesquisa realizada junto a jovens e adultos de forma a estabelecer competências e comportamento de jovens e adultos de nenhuma ou pouco escolaridade. A pesquisa foi realizada em São Paulo como parte do projeto latino-americano promovido pela OREALC – Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe, sob a coordenação de Maria Isabel Infante. Partiu da definição de analfabetismo funcional proposta pela Unesco: “uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade” (Infante, 1994a:7). Dessa definição, formulou-se a hipótese sobre a relação entre a capacidade de ler e escrever e a assunção de certas orientações atitudinais que compreendem aspectos comportamentais e valorativos.

Abstract: This article examines the results of a research carried out among young adults and adults with none or few education in order to establish their competencies and behavior. This research took place in São Paulo as a part of the Latin-American project supported by OREALC – Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe, supervised by Maria Isabel Infante. It adopts the definition of functional illiteracy proposed by Unesco: ‘a functional illiterate is the one that is not able to take part in all activities in which the literacy is needed for an effective action in the group and in the community and that also would make him able to go on using reading, writing and Mathematics to his own development and to the development of his community’ (Infante, 1994a, p.7). From this definition, it was proposed a hypothesis about the relationship between the capacity of reading and writing and the assumption of some orientations based on attitudes that are related to behavior and validity.

1. Trabalho apresentado no 1º Seminário de Alfabetização e Letramento, realizado no 12º Congresso de Leitura do Brasil, em Campinas, SP, nos dias 17 a 20 de julho de 1999.

2. Doutora em educação pela PUC-SP. Assessora de Ação Educativa — Assessoria, Pesquisa e Informação.

Nos discursos políticos em torno da alfabetização de adultos, professa-se quase sempre a crença de que a alfabetização abarca algo mais do que o simples domínio de um código de representação gráfica da linguagem. Na defesa da alfabetização de adultos como política educacional, sustenta-se que tal empreendimento traz ou ao menos deveria trazer aos indivíduos e à sociedade benefícios relacionados a diferentes esferas, que podem ir do incremento da produtividade à redução de taxas de fertilidade, passando pelo desenvolvimento da consciência crítica, fortalecimento da auto-estima, entre outros.

O conceito de analfabetismo funcional, amplamente disseminado pela UNESCO a partir de 1978, consagrou a ampliação de um conceito de alfabetização para além do domínio rudimentar da linguagem escrita: a noção de funcionalidade implica a possibilidade de os sujeitos utilizarem suas habilidades de leitura e escrita em benefício próprio ou da comunidade e está referida a contextos econômicos, políticos ou socio-culturais específicos

Na pesquisa que aqui se apresenta, realizada em São Paulo, como parte do projeto latino-americano promovido pela OREALC – Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe, sob a coordenação de Maria Isabel Infante, partiu-se da definição de analfabetismo funcional da UNESCO (“uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade” – Infante, 1994a, p.7). Dessa definição, derivou-se a hipótese sobre a relação entre a capacidade de ler e escrever e a assunção de certas orientações atitudinais que compreendem aspectos comportamentais e valorativos.

No projeto da pesquisa regional, Isabel Infante coloca a questão nos seguintes termos:

Considerando que el analfabeto funcional es aquel que no puede insertarse creativamente en el trabajo y en su medio, convendría determinar qué características de tipo actitudinal se relacionan especialmente con esta situación. (...) En especial, se ve conveniente estudiar las competencias en el ámbito de la comunicación, del trabajo en equipo, de la posibilidad de alternativas, las que ayudan a una mejor ubicación en el campo laboral y a una mayor participación social (Infante, 1994b:34).

Considerando esse interesse, incluiu-se na pesquisa latino-americana a aplicação de uma escala de autopercepção das competências sociais e profissionais, abarcando dimensões atitudinais variadas, tais como o interesse por aumentar a eficiência do trabalho ou pelo trabalho em grupo, capacidade de persuasão e flexibilidade na busca de alternativas. Esse aspecto representou um diferencial em relação a estudos semelhantes realizados nos Estados Unidos e na Europa envolvendo a medição de níveis de analfabetismo da população de jovens e adultos. Outro aspecto inovador foi a inclusão de uma etapa qualitativa, visando aprofundar a compreensão das estratégias que os sujeitos utilizam na resolução de situações problema geradas pelo uso da escrita, assim como o significado que atribuem às suas condições de alfabetismo.

Na etapa qualitativa da pesquisa, desenhada para o aprofundamento do tema das atitudes, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com uma subamostra de 24

pessoas selecionadas intencionalmente a partir dos resultados da etapa quantitativa, da qual participaram mil adultos, representando a população com idade entre 15 e 54 anos residente no município de São Paulo, excluídos os 4.49% residentes nas áreas com melhores indicadores de renda e escolaridade³.

Para a construção da subamostra, construiu-se uma matriz combinando as variáveis *sexo*, *faixa etária*, *nível de escolaridade* e *desempenho no teste de leitura*, de modo a abarcar uma diversidade de casos que incluía também casos excepcionais, tais como as pessoas com baixa escolaridade e alto desempenho no teste e vice-versa. Além das entrevistas, aplicaram-se tarefas simuladas de leitura e escrita, que foram resolvidas em situação de interação com as entrevistadoras, permitindo a coleta de dados sobre as estratégias de que os sujeitos lançam mão para resolver tais tarefas, o que contribuiu para a compreensão do desempenho do conjunto da amostra no teste de leitura a que foram submetidos na etapa quantitativa.

A polêmica em torno das conseqüências psicossociais do alfabetismo

As pesquisas que mais fortemente influenciaram teses sobre a relação entre alfabetismo e atitudes foram desenvolvidas nas décadas de 1950 e 60. Referenciadas em projetos desenvolvimentistas voltados aos países do terceiro mundo, tinham como foco a associação entre mudanças de atitudes individuais e mudanças socioeconômicas estruturais.

Lerner (1958) foi um dos pioneiros nessa linha de estudos. Trabalhando a partir de dados da Unesco sobre 73 países, constatou que a alfabetização era a variável que maior correlação mantinha com outros indicadores de modernização: a urbanização, o consumo de meios de comunicação de massa e a participação política. Definindo a atitude moderna como a prontidão para aceitar mudanças e a expectativa de progresso, o sociólogo sugeriu que a explicação para as correlações verificadas reside no fato de essas experiências promoverem a capacidade de se imaginar em novas situações, que ele identifica como a característica mental essencial do indivíduo com atitudes modernas.

Com o mesmo tipo de interesse, Inkles e Smith (1974) construíram uma escala de atitudes abarcando diversas esferas da experiência, com questões que vão desde o tipo de norma julgada adequada para a educação de filhas mulheres até o interesse por aumentar a eficiência de seu trabalho. A escala foi aplicada em seis países em desenvolvimento, visando à análise da relação entre o índice de modernidade medido pela escala e as variáveis independentes relativas a características demográficas, escolaridade, tipo de ocupação produtiva, grau de contato com meios de comunicação de massa, tempo de residência urbana, etnia e religião. Submetidos a análises multivariadas, os dados revelaram que o grau de instrução do próprio sujeito era o principal fator expli-

3. A amostra da população de 15 a 54 anos residente no município de São Paulo foi definida por critérios probabilísticos, com margem de erro de 3,2 pontos percentuais para mais ou para menos, dentro de um intervalo de confiança de 95%. Para cumprir acordo estabelecido com os pesquisadores dos demais países que participaram do projeto latino-americano, de modo a viabilizar a comparação dos dados, foram excluídos da população real do estudo os 5 subdistritos paulistanos com maior média de renda e percentual de pessoas com nível de escolaridade superior, o que corresponde a 4.49% dos paulistanos na faixa etária compreendida pelo estudo.

cativo do grau de modernização dos indivíduos, sendo que a exposição aos meios de comunicação e à experiência ocupacional também tiveram contribuição independente substancial. Entre os atributos do conceito de modernização atitudinal desenvolvido pelo autores, encontram-se o sentido de eficácia, o interesse por assuntos públicos e pela participação em organizações, a rejeição à passividade e ao fatalismo, além da flexibilidade cognitiva.

Achados dessa natureza serviram de fundamento para campanhas de alfabetização de adultos, visando a promoção do desenvolvimento econômico e social de países de terceiro mundo, especialmente durante a década de 60. Uma das iniciativas mais significativas foi o Programa Experimental Mundial de Alfabetização (PEMA), implementado entre 1966 e 1974, sob os auspícios da Unesco, em onze países. Os resultados decepcionantes dessa e de outras campanhas semelhantes, assim como o surgimento de novos estudos sobre o alfabetismo baseados em referências históricas e etnográficas, refutaram o otimismo da associação linear entre alfabetização e desenvolvimento econômico ou modernização atitudinal.

Na década de 70, ganharam terreno as abordagens que enfatizavam a natureza ideológica da alfabetização, sob a influência do ideário de Paulo Freire. Os críticos ao economicismo das campanhas da Unesco insistiam que os resultados sociais e psicológicos dependiam das orientações políticas e dos valores essenciais dos que empreendiam as ações alfabetizadoras. O relatório avaliativo do PEMA, elaborado por técnicos da UNESCO, em 1976, criticava a concepção de funcionalidade do programa baseada na promoção do sucesso individual; em suas conclusões, afirmava-se que o sucesso da alfabetização é que depende do dinamismo do contexto social, político e econômico e não o contrário (Infante, 1983).

Os estudos históricos de Graff estão entre os que fizeram contraponto à postulação de relações lineares entre o alfabetismo e transformações sociais associadas à modernidade (Graff, 1995). Analisando séries de indicadores demográficos e econômicos do período correspondente ao início da industrialização norte-americana, o autor demonstra que a hierarquia ocupacional da população estava mais fortemente relacionada a variáveis como gênero e etnia do que à alfabetização ou grau de escolaridade. Argumenta que o trabalho fabril no período não exigia as habilidades de leitura e escrita e que a expansão da escolarização teria cumprido um papel de natureza estritamente ideológica, de preparação dos operários à disciplina da fábrica. Em outro estudo, Graff rechaça a crença de que níveis de alfabetização estejam linearmente correlacionados com taxas de fecundidade, um indicador demográfico comumente associado à modernização. Com base em dados recolhidos em diversas regiões e períodos históricos, Graff conclui que o grau de escolaridade pode ser, no máximo, um fator que facilita o decréscimo de taxas de fecundidade em circunstâncias específicas. O historiador dedica-se ainda a analisar o caso da Suécia, que, no século XVIII, havia praticamente universalizado o ensino da leitura, graças a motivações de cunho religioso, sem que disso decorresse qualquer transformação significativa do ponto de vista da atividade econômica.

Adotando o ponto de vista psicológico e etnográfico, o extenso estudo de Scribner e Cole (1981) sobre os Vai, povo nativo da Libéria, constitui referência obrigatória. Interessados em pôr à prova a hipótese sobre os efeitos psicológicos da aprendizagem e da utilização da linguagem escrita – postulada pelas corrente psicológica vigotskiana

– esses autores encontraram no povo Vai uma oportunidade ímpar de isolar os efeitos da alfabetização propriamente dita daqueles promovidos pela escolarização de tipo ocidental, já que parte dos Vai dominava um sistema de escrita silábico que era utilizado e ensinado em contextos familiares, parte dominava a leitura do árabe aplicada ao estudo do Corão em contexto religioso e parte aprendera a língua inglesa escrita freqüentando escolas de tipo ocidental. Além de testar os efeitos dessas três modalidades de alfabetização em habilidades de natureza cognitiva, tais como a capacidade de abstração, generalização, etc., Scribner e Cole aplicaram um escala de atitudes semelhante à idealizada por Inkeles e Smith. Corroboraram a tese da correlação entre escolarização nos moldes ocidentais e a adoção das atitudes que Inkeles e Smith identificam como modernas, entretanto, com relação às modalidades de alfabetização não escolarizadas, seus dados revelaram tendências contraditórias: enquanto o domínio da escrita em árabe, desenvolvido principalmente no contexto de práticas religiosas, tendia a deprimir o índice de modernidade atitudinal, o domínio da escrita Vai, também disseminada fora de instituições escolares, exercia nesse aspecto contribuição positiva, mas modesta. A conclusão a que chegam os autores a partir de extenso levantamento de dados é que não é a tecnologia da escrita enquanto tal que provoca esse ou aquele impacto psicológico, mas sim as práticas nas quais essa tecnologia é utilizada e o modo como o conhecimento é aplicado para atingir fins específicos em contextos específicos. Advogam também a tese de que efeitos psicológicos do alfabetismo podem ser verificados quando as habilidades cognitivas ou atitudes estudadas estão diretamente relacionadas às práticas em que a leitura e escrita se inscrevem.

Muitos outros autores que participam do debate, com perspectivas particulares e às vezes divergentes, vieram convergindo em torno do consenso de que o estudo do alfabetismo deve considerar as práticas sociais específicas em que as atividades de leitura e escrita se inserem (Goody, 1987; Street, 1984; Heath, 1997; Wagner, 1993; Olson, 1997). Eles delimitam as condições em que se podem estabelecer relações entre o alfabetismo e características psicológicas de indivíduos ou grupos, sem cair nas armadilhas de um determinismo estreito. Não importa o que a linguagem escrita faz conosco, mas o que podemos fazer com ela, ou seja, como a utilizamos em práticas e contextos específicos e que recursos culturais ela nos coloca à disposição (Olson, 1997). Dessa perspectiva, é preciso considerar a reciprocidade das relações entre as habilidades de leitura e escrita e as orientações atitudinais dos indivíduos. Tanto as habilidades dos sujeitos viabilizam que se dediquem a certas atividades ou se inclinem a atuar num certo sentido ante uma situação, como também suas inclinações atitudinais criam as oportunidades para que suas habilidades de leitura e escrita se desenvolvam num sentido determinado.

A abordagem metodológica adotada na pesquisa sobre o alfabetismo em contextos urbanos latino-americanos favoreceu essa perspectiva de análise à medida que evoluiu do interesse em estabelecer uma linha única linha demarcatória da situação de analfabetismo funcional para a consideração do alfabetismo como fenômeno cultural complexo, que envolve diferentes tipos e graus de habilidade de compreensão e usos da linguagem escrita, além de atitudes a ela relacionadas. Considerando que a população pesquisada participava de uma sociedade caracterizada pelo alfabetismo, ou seja, pela ampla utilização da linguagem escrita em várias esferas do sistema social, interessava, em particular, explorar as diferentes atitudes em relação a esses contextos e a essa

tradição cultural que possam estar associadas a diferentes graus e tipos de habilidade e uso da linguagem escrita.

Os dados relativos às atitudes e as categorias de análise

O conceito de atitudes em que se baseou a análise dos dados coletados em São Paulo é aquele mais corrente na área da psicologia social: refere-se a um estado de prontidão organizado pela experiência, que exerce uma influência diretiva e dinâmica sobre as respostas de um indivíduo diante de determinados objetos ou situações (Allport, apud Triandis, 1971). As atitudes representam uma avaliação de uma situação dada com referência a um certo fim, acarretando a consideração de aspectos da situação como mais ou menos relevantes (Asch, 1971). As atitudes compreendem um componente cognitivo – o conhecimento do objeto a que se refere –, um componente afetivo – que expressa a avaliação sobre o quão proveitoso ou desejável é o objeto – e um componente comportamental – de ativação e orientação da conduta (Triandis, 1971). As atitudes também refletem um estado de consciência que pode ser expresso verbalmente (Sarabia, 1992) e por isso podem ser estudadas a partir de opiniões, sentimentos ou relatos de conduta expressos verbalmente pelos próprios sujeitos.

O questionário aplicado na etapa quantitativa, além de informações sobre o perfil demográfico e background educacional dos entrevistados, incluiu informação sobre usos da leitura, da escrita e da matemática no contexto do trabalho e da vida diária. Esses dados foram essenciais para explicar o desempenho dos sujeitos nos testes e as dimensões atitudinais estabelecidas como focos de análise. Especialmente em relação ao contexto da vida diária, as práticas de leitura e escrita (ler jornal, livros ou escrever cartas, por exemplo) já expressam uma orientação atitudinal, pois dependem em parte do interesse dos sujeitos. Outras informações relevantes coletadas nessa etapa da pesquisa versaram sobre a participação dos sujeitos em oportunidades de educação formal ou continuada. Finalmente, à amostra que participou da etapa quantitativa ainda foi aplicada uma escala de competências sociais e de trabalho elaborada por Infante. Sobre os resultados da escala, foi feita uma análise fatorial que definiu algumas dimensões atitudinais às quais se atribuíram índices que serviram para os testes de correlação múltipla.

As dimensões atitudinais identificadas referiam-se ao interesse pela eficiência no trabalho – agregando afirmações relativas à disposição de aperfeiçoamento e flexibilidade na busca de soluções, capacidade manipulativa, capacidade de persuasão, capacidade de seguir instruções, de expressar as próprias opiniões, disposição para ensinar, para o trabalho manual, para resolver problemas com autonomia e, finalmente, o interesse por debater assuntos de interesse público. Apenas com relação a essa última dimensão atitudinal verificou-se correção positiva entre os escores relativos às autopercepções dos sujeitos e seu desempenho nos testes de leitura, ainda assim com poder explicativo modesto.

Esses resultados corroboraram as críticas de teóricos do alfabetismo à postulação de causalidades lineares entre o domínio da escrita e padrões atitudinais ou cognitivos genericamente associados à modernização. Por outro lado, animaram o interesse de investigar, na etapa qualitativa da pesquisa, dimensões atitudinais mais diretamente rela-

cionadas ao alfabetismo, que servissem de mediações explicativas sobre como o domínio da linguagem escrita se integra a padrões e práticas culturais que podem representar, de fato, um diferencial em termos de benefícios para os indivíduos e para a sociedade.

Com esse objetivo, conduziram-se as entrevistas realizadas na etapa qualitativa. Os 24 sujeitos que compuseram a subamostra foram instigados a falar sobre suas estratégias na resolução de problemas em cinco contextos funcionais: 1. *doméstico-urbano* – que abarcou atividades relacionadas ao cuidado dos filhos, alimentação, saúde, controle do orçamento familiar, manutenção da moradia, manuseio de eletrodomésticos, localização e circulação na cidade; 2. *comercial-burocrático* – que envolveu transações comerciais e financeiras, controle de compras a prazo, transações com instituições bancárias, pagamento de impostos, recebimento de pensão, seguros inscrições e solicitação de serviços públicos registros, ações judiciais; 3. *trabalho* – que abarcou as atividades produtivas em diversos ramos da economia, além de gestões para conseguir novos postos de trabalho (entrevistas, envio de currículo); 4. *participação social* – que dizia respeito à participação direta em associações civis diversas ou grupos religiosos e recreativos, além de formas indiretas de participação política como a informação e debate sobre assuntos de interesse público e voto em eleições; e 5. *educação institucional* – que compreendia a participação nos sistemas de ensino formal e diversas instituições que promovem educação não formal visando a formação profissional ou o desenvolvimento pessoal.

Investigando as experiências dos sujeitos nesses contextos, focalizaram-se dimensões da atividade nas quais as funções básicas da linguagem em geral, e da linguagem escrita, em especial, pudessem ser evidenciadas: 1. *função comunicativa* – envolvendo relação com outras pessoas; e 2. *função planejadora* – relativa à capacidade de ação intencional ou autoconsciente, ao controle da própria atividade e à metacognição. Tendo em vista essas duas funções, definiram-se algumas ações sobre as quais o nível de alfabetismo teria incidência crucial, e sobre elas concentraram-se as análises: 1. *aprender e seguir instruções*; 2. *ensinar e instruir*; 3. *registrar e documentar*; 4. *organizar e planejar*; 5. *informar-se e formar opinião*; 6. *informar, opinar e convencer*. Na análise das entrevistas, observou-se particularmente o modo como o uso da escrita constituía e afetava a atividade do sujeito, como as deficiências podiam ou não ser compensadas por outras formas de linguagem. A partir da imersão nesse conjunto de dados, foi possível distinguir domínios atitudinais que configuravam-se como orientações mais ou menos estáveis dos sujeitos: 1. *atitudes em relação à expressão da subjetividade*; 2. *atitudes em relação à informação*; 3. *atitudes em relação ao planejamento e ao controle de procedimentos e atitudes em relação à aprendizagem*.

A aplicação de tarefas simuladas de leitura viabilizou a análise das atitudes dos sujeitos diante do próprio texto escrito. Como as tarefas foram realizadas em situação de interação com as entrevistadoras, os diálogos puderam ser registrados, dando indicações sobre o processo por meio do qual as atividades envolvendo leitura e escrita são realizadas em situação próxima à dos contextos reais, em que é possível recorrer oralmente a outros interlocutores. As informações coletadas por meio desse procedimento ajudaram a compreender o desempenho dos sujeitos no teste, evidenciando as relações recíprocas entre níveis de habilidade de leitura e atitudes relacionadas ao alfabetismo.

Graus de alfabetismo e domínios atitudinais

Para a análise das atitudes nesses contextos funcionais, os sujeitos foram agrupados em quatro categorias relativas ao tipo e à intensidade de usos que faziam da linguagem escrita em diferentes esferas de sua vida. Assim, definiram-se os grupos com grau *baixo*, *médio-baixo*, *médio-alto* e *alto* de alfabetismo.

Foram categorizados como tendo *grau baixo de alfabetismo* 8 sujeitos cujos hábitos de leitura e escrita se restringiam a registros simples normalmente vinculados à atividade profissional, cujo meio principal de informação e aprendizagem era a oralidade no contato face a face. A maioria desse grupo era de origem rural e cursou apenas as primeiras séries escolares. Todos ocupavam postos de trabalho de menor prestígio, que não exigem uso da linguagem escrita nem comunicação com o público: além de duas donas de casa, havia no grupo um faxineiro, um porteiro, uma cozinheira, uma lavadeira, uma empregada doméstica e um ajudante numa estamperia. Certamente porque tinham expectativas modestas neste terreno, alguns indivíduos desse grupo não percebiam suas oportunidades profissionais muito limitadas por suas habilidades de leitura e escrita, ainda que as considerassem insuficientes para as necessidades da vida diária. A falta de habilidade com os cálculos numéricos é o aspecto de que mais se ressentiam. Apenas um deles se declarou analfabeto. Entretanto, no teste aplicado na etapa quantitativa, nenhum atingiu o escore definido como mínimo para ser classificado como tendo nível básico de proficiência em leitura; estariam todos na condição de analfabetismo funcional.

No grupo identificado como tendo *grau médio-baixo de alfabetismo*, foram reunidas outras 8 pessoas cujas práticas de alfabetismo relacionavam-se principalmente ao âmbito do trabalho, limitando-se a registros simples. Nesse contexto, já eram mais exigidos com relação à capacidade de comunicação oral, em alguns casos devido à necessidade de atendimento a público: uma era balconista, uma vendedora, uma proprietária de pequena lanchonete, uma garçonete, uma cozinheira escolar, dois vigilantes de grande empresas e um operário. Observou-se como característica de alguns membros do grupo a mobilização da função expressiva da linguagem, seja na escrita de cartas, poesias ou diários pessoais ou na leitura de textos de caráter biográfico ou religioso. Além de viabilizar atividades profissionais, a leitura já aparecia para esse grupo também como atividade não pragmática, respondendo a necessidades de natureza emotiva relacionadas à expressão da subjetividade. Eram pessoas que possuíam alguns livros em casa, principalmente didáticos, religiosos e de auto-ajuda; para informar-se, entretanto, usavam basicamente o recurso à oralidade. O contato com os números se restringia ao controle do orçamento doméstico e às necessidades impostas pelo trabalho: anotação de pedidos, medidas, cálculo de preços. O nível de escolaridade era variado, havendo desde uma pessoa sem escolaridade até uma com educação média incompleta. A maioria cursara as primeiras séries escolares em zonas urbanas e a escolaridade dos pais correspondia ao ensino fundamental incompleto. Esse grupo expressou expectativas maiores de ascensão profissional que o grupo anterior e certamente por isso se percebia mais intensamente limitado profissionalmente por suas habilidades de alfabetismo. No que se refere às necessidades diárias, esse grupo sentia-se mais satisfeito que o anterior.

Nos casos considerados como de *grau médio-alto de alfabetismo*, encontravam-se pessoas para as quais as atividades relacionadas ao alfabetismo se concentravam no

universo do trabalho, mas, diferentemente dos dois grupos anteriores, essas habilidades eram mobilizadas também em outros contextos, particularmente no ambiente familiar, visando ao lazer, à educação dos filhos e à atualização de conhecimentos. A maioria declarou possuir acervos compostos por revistas, romances, livros escolares, livros infantis e enciclopédias. Observou-se a ocorrência de profissões mais especializadas, que exigem formação técnica (contador, ferramenteiro) ou capacidade comunicativa (secretária, recepcionista, taxista). Os que não tinham profissão em que supõe o uso intenso da escrita eram jovens recém afastados do ensino regular. O trabalho por conta própria era outro traço marcante do grupo. A que exercia a função de secretária, o fazia numa pequena empresa familiar administrada pelo marido. Havia dois aposentados, um deles planejando abrir um negócio próprio e outro já proprietário e gerente de uma pequena lanchonete. Em relação à escolaridade, esse grupo manifestou a heterogeneidade buscada intencionalmente na seleção da subamostra. Das sete pessoas com esse grau de alfabetismo, três tinham o ensino médio completo, sendo que duas com profissionalização técnica. Com relação à escolaridade dos pais, predominava o ensino fundamental completo.

Finalmente, com *alto grau de alfabetismo* foram identificadas três pessoas que tinham, de uma forma ou de outra, a vida perpassada pela escrita. Eram pessoas cujas atividades ou interesses incluíam a leitura de textos teóricos e especializados, além da leitura minuciosa e constante de jornais, revistas informativas e livros de diferentes áreas. Curiosamente, ainda que não fossem profissionais que têm a escrita como atividade principal, todos participavam de importantes agências de disseminação da cultura escrita. Uma era estudante, cursando Pedagogia e trabalhando com telemarketing, outra era professora de Educação Física em escolas de primeiro grau e o terceiro era um fotógrafo que trabalhava há mais de 20 anos numa grande editora. Diferentemente dos demais grupos, neste havia três pessoas que, graças ao trabalho ou ao estudo, estavam inseridas num universo de conhecimentos especializados, sobre os quais sentiam a necessidade de atualizar-se. A escrita era mobilizada pelos três na vida diária e com diversas funções. Referiram uma gama variada de livros que compunham seus acervos, tendo feito parte de seus hábitos de leitura em algum momento da vida: livros religiosos, de auto-ajuda, romances, revistas e livros especializados, livros didáticos e enciclopédias. Dois deles haviam adquirido recentemente computadores pessoais. Apenas um tinha escolaridade abaixo do esperado para seu nível de desempenho no teste, o que certamente foi compensado pela oportunidade de uma carreira estável numa grande empresa. Todos consideraram-se satisfeitos com suas habilidades de leitura e escrita, que identificaram como ferramenta essencial para o aperfeiçoamento contínuo. É interessante observar que a renda individual dos três era menor do que a de alguns sujeitos do grupo anterior e que a escolaridade dos pais também correspondia ao ensino fundamental incompleto.

Esse agrupamento dos sujeitos quanto ao grau de alfabetismo evidenciou a variedade de práticas de leitura e escrita a que se dedicavam os sujeitos, que correspondiam também ao nível de habilidade de leitura que eles demonstraram no teste de leitura. Pôde-se constatar que essas práticas conformam padrões culturais mais amplos, que incluem valores atribuídos à leitura e à escrita e julgamentos sobre as estratégias mais adequadas para desempenhar atividades em que a linguagem escrita pode ou não ter papel relevante.

Para focalizar mais precisamente esse aspecto foram identificados os quatro domínios atitudinais já mencionados, nos quais os comportamentos mais características dos grupos distinguiam-se significativamente. Nesses domínios, estão implicadas funções psicológicas relacionadas à linguagem e o que se buscou foi compreender como essas funções são afetadas pelo acesso dos indivíduos à cultura escrita e como se traduzem em comportamentos que os sujeitos justificam de acordo com suas percepções e valores.

O domínio das atitudes relativas à expressão da subjetividade é o que está associado a ações e relações orientadas para fins não-pragmático. Inclui-se nesse domínio o interesse pelas práticas de leitura e escrita, como entretenimento, desenvolvimento pessoal e formação espiritual. Também a esse domínio pertencem ações voltadas à busca de reconhecimento e afirmação da identidade, principalmente pelo aperfeiçoamento da capacidade comunicativa aplicada às relações interpessoais, tanto por meio da palavra escrita quanto da oralidade. Este é o domínio ao qual os sujeitos entrevistados mais prontamente remeteram-se quando perguntados sobre seus hábitos de leitura. Ficou evidente que o sentido mais imediato do que seja ler associa-se a uma atividade diletante (leitura de romances, poesias, livros de auto-ajuda e livros religiosos). Mesmo as pessoas com grau baixo de alfabetismo, que praticamente nada liam, fizeram alguma menção a esses gêneros, especialmente à poesia e à literatura religiosa, a um livro em especial que uma vez possuíram. Outro aspecto característico no grupo de nível baixo foi que a motivação para a leitura ou escrita advinha em boa medida do interesse de evitar o embotamento das próprias habilidades – alguns se dedicavam a cópia manuscrita como forma de exercício espontâneo –, o que demonstra o quão limitado era o uso funcional da linguagem escrita e quão importante era seu domínio como um bem simbólico.

No grupo com grau médio-baixo de alfabetismo, as práticas de leitura e escrita sem função utilitária, voltadas à expressão da subjetividade, confirmação de fé ou de laços afetivos com familiares e amigos são as que mais se destacaram. Cinco dos oito entrevistados afirmaram que costumavam escrever cartas para familiares e duas mulheres mantinham diários pessoais. Quatro fizeram referência à leitura da Bíblia e outros livros religiosos e dois a livros de auto-ajuda. Esse interesse pela leitura ou pela escrita com fins de natureza subjetiva constitui o aspecto dominante das práticas de alfabetismo desse grupo, o canal por meio do qual ultrapassam os limites relativamente restritos dos usos que faziam da escrita no trabalho. Como já se apontou, outra característica desse grupo com grau médio-baixo de alfabetismo são as exigências comunicativas mais diversificadas que as do grupo anterior; entretanto, o reconhecimento da leitura como meio de melhorar o desempenho oral só é expresso por um dos seus membros.

Entre os entrevistados que compuseram o grupo com grau médio-alto de alfabetismo, a crença nos efeitos da leitura na ampliação de horizontes culturais e capacidade comunicativa se fazia presente. Eles destacaram a importância da leitura e do estudo, não apenas para viabilizar a realização de atividades de trabalho que exigiam diretamente leitura e escrita, mas principalmente como meios para o desenvolvimento da linguagem oral, de sua capacidade de interagir com a diversidade de pessoas com quem se relacionavam no contexto profissional. Esses entrevistados, quando questionados sobre seus hábitos de leitura, fizeram referência de imediato a um universo mais amplo de materiais escritos, incluindo romances, livros de história e saúde, revistas variadas e jornais.

O mesmo se pode dizer do grupo com grau alto de alfabetismo, cujos membros identificam a leitura e escrita como integrando diversas atividades a que se dedicavam. Seus interesses relativos à expressão da subjetividade abarcam um universo de relações mais amplo; uma das entrevistadas, por exemplo, mantinha por hobby correspondência com pessoas de outros países e profissionais de sua área.

Nas análises estatísticas, verificou-se que a leitura de livros fora do contexto do trabalho – em especial a Bíblia –, assim como a escrita de cartas, não são bons preditores do desempenho dos sujeitos no teste de leitura. Essa é uma prática reportada já por pessoas com grau médio-baixo de alfabetismo, que restringem seu repertório à literatura de cunho religioso ou de auto-ajuda. Tais textos incitam um tipo de leitura que não desenvolve necessariamente as habilidades que o teste pôde medir.

Na seqüência das entrevistas, foram investigadas as orientações dos sujeitos no que se refere à busca de informações, primeiramente aquelas necessárias à resolução de problemas práticos da vida diária e, mais adiante, as relacionadas ao interesse por se manter a par de temas de interesse público veiculados pelos meios de comunicação. Tanto no grupo com grau baixo como no de grau médio-baixo de alfabetismo, constatou-se que o recurso à oralidade é dominante quando se trata de buscar informações sobre problemas práticos da vida diária no âmbito doméstico. No tocante à instalação de novos aparelhos, a maioria afirmou bastar-se com o manuseio exploratório do aparelho ou pedido de ajuda a outros, quando necessário. A maioria avaliou que os manuais são difíceis de entender. Já nos grupos com grau médio-alto e alto de alfabetismo, a leitura de manuais de instrução foi mencionada como costumeira e indicada como o melhor procedimento para não correr o risco de danificar o aparelho. Dois entrevistados com grau alto mostraram-se particularmente interessados por esse tipo de material que lhes impunha dificuldade de compreensão apenas quando escrito em língua estrangeira. Também a consulta a guias só é relatada como um hábito pelas pessoas com grau médio-alto e alto de alfabetismo; os demais consideraram os guias desnecessários, afirmando não encontrar dificuldade para chegar onde querem recorrendo à oralidade.

Uma situação especial, que de acordo com os depoimentos exigia bastante dos sujeitos tanto em relação à busca quanto à prestação de informações, era a procura de emprego. A situação era especialmente desafiadora para o grupo com grau médio-baixo de alfabetismo, já que no grupo com grau baixo, a maioria afirmou ter conseguido suas colocações por meio de indicações pessoais ou anúncios na porta dos estabelecimentos e que não tiveram que preencher fichas ou se submeter a testes. Os entrevistados com grau médio-baixo referiram-se à busca de empregos como o principal motivo para compra de jornais, relataram vários casos envolvendo esse tipo de consulta, envio de currículos para empresas, além de dificuldade no preenchimento de fichas e realização de testes.

Em relação à busca de informações sobre temas da atualidade ou assuntos de interesse público sem aplicação imediata, observam-se diferenças significativas entre os grupos. Dos oito entrevistados com grau baixo de alfabetismo, apenas um considerou a imprensa escrita uma boa fonte de informações. Ele era o único que se interessava por trocar informações dessa natureza com pessoas de fora do círculo familiar já que mantinha atividades de militância como líder comunitário. Todos os demais de seu

grupo consideraram a televisão um veículo mais fidedigno que os jornais impressos. Alguns criticaram a imprensa escrita por tratar apenas de sexo e violência, certamente porque a imagem que tinham desse veículo fora construída com base nos jornais sensacionalistas populares. Entre os entrevistados com grau médio-baixo de alfabetismo as opiniões sobre as melhores fontes para se manter atualizado variaram. Entre aqueles com grau médio-alto e alto, a imprensa escrita foi regularmente citada como fonte de informação sobre atualidades, em alguns casos como principal e, em outros, como complementar à televisão e ao rádio. Esses entrevistados enfatizavam o valor de estar bem informado, especialmente para melhorar o desempenho comunicativo no contexto das relações profissionais.

Constatou-se, portanto, que a leitura para buscar informação não é comum entre pessoas com grau baixo e médio-baixo de alfabetismo. Elas não valorizam a consulta a meios impressos como estratégia de busca de informação. Tal fato tem relação com o baixo desempenho no teste aplicado na etapa quantitativa (ele media-se a habilidade de localizar e relacionar informações em textos escritos). Não por acaso a leitura de jornais, especialmente o número de sessões do jornal que a pessoa lê, mostrou ser um bom preditor do desempenho dos sujeitos nos testes, tendo peso relativo importante quando estudado junto com outras variáveis explicativas por meio de regressões múltiplas.

Com relação ao domínio das atitudes relativas a planejamento e controle, constatou-se ser o que mais oportunidades cria para o uso da escrita. Mesmo entrevistados com nível baixo de alfabetismo fazem registros simples visando o controle de dívidas, por exemplo. Já nos grupos com grau médio-baixo e médio-alto, a maioria afirmou manter registros mais ou menos sistemáticos, especialmente para controlar contas a prazo ou contas bancárias. As três pessoas com grau alto de alfabetismo afirmaram usar constantemente agendas, tanto para anotar compromissos como para controlar o orçamento pessoal ou familiar, o que se explica pelo fato de terem rotinas mais complexas.

É o contexto do trabalho, entretanto, aquele onde esse tipo de registro escrito visando planejamento e controle é mais usual. As pessoas de nível médio-baixo, que se dedicam a trabalhos menos especializados, fazem registros mais simples, enquanto os com graus mais altos controlam profissionalmente processos mais complexos usando, por exemplo, métodos de contabilidade, elaboração de orçamentos, follow-up de atividades, relatórios e planos. Também com relação a esse aspecto, há paralelismo entre os dados obtidos nas etapas quantitativa e qualitativa da pesquisa. A leitura e escrita de diversos tipos de textos com informação verbal e numérica no ambiente de trabalho é uma variável que tem um peso grande na predição do desempenho dos sujeitos no teste de leitura. Depois do nível de escolaridade, a leitura de material com informação verbal no trabalho é a variável com maior peso relativo dentre as variáveis que compuseram o modelo explicativo do desempenho dos sujeitos, testado por regressão múltipla.

O último domínio investigado foi o das atitudes com relação à aprendizagem. Perguntou-se aos entrevistados que estratégias utilizavam para se adaptar a um novo emprego ou como faziam para aprender algo novo ou para ensinar a um colega novato. Em seguida, perguntou-se sobre suas experiências de educação continuada, dentro e fora do contexto do trabalho. As pessoas com graus baixo e médio-baixo de alfabetismo referiram-se à observação como principal estratégia de aprendizagem; muitas delas

atribuíram grande valor à capacidade de aprender sozinho, sem pedir instruções verbais. Das pessoas com grau baixo de alfabetismo, nenhuma teve qualquer oportunidade de freqüentar cursos depois que interromperam o ensino regular e suas aspirações nesse campo referem-se a cursos eminentemente práticos, como os de cabeleireira e eletricitista. Não acreditam, contudo, que seja viável participar de oportunidades dessa natureza, em razão de carência de tempo e dinheiro. Entre as pessoas com grau médio-baixo, o engajamento em cursos profissionalizantes e em treinamentos oferecidos na própria empresa são citados com mais freqüência. Os cursos que realizaram baseavam-se principalmente em aulas práticas, mas neles utilizavam-se folhetos ou apostilas como materiais complementares. No grupo com grau médio-alto de alfabetismo, as menções a cursos além do ensino regular são numerosas, tanto os voltados à formação profissional quanto ao desenvolvimento pessoal. As expectativas de continuidade do processo de formação que manifestaram esses sujeitos envolvem a continuidade da educação formal, além de cursos de atualização, especialmente inglês e computação. O grupo com grau alto de alfabetismo se diferencia ainda mais nesse terreno, pois sua preocupação com a atualização foi expressa como atitude permanente, que se traduzia na participação em cursos ou outros tipos de eventos visando à atualização ou ainda no autodidatismo.

As atitudes desse último grupo nesse domínio confirmam a hipótese de que a linguagem escrita é instrumento essencial para a aprendizagem não só formal como continuada. Os dados coletados na etapa quantitativa da pesquisa corroboram a hipótese, pois, ao lado do nível de escolaridade e da prática da leitura na vida diária, o desempenho no teste de leitura tem peso significativo na explicação do aproveitamento de oportunidades de educação não formal.

Atitudes em relação ao texto escrito e o desempenho no teste de leitura

Um dos desafios interpretativos dessa pesquisa foi o fato de um número grande de pessoas não poder realizar tarefas de leitura aparentemente simples que constavam de um teste preliminar aplicado aos mil sujeitos da amostra. Essas tarefas consistiam na localização de um item de informação num texto curto ou a realização de uma operação simples com números facilmente identificáveis. Somente entre pessoas com pelo menos o ensino fundamental completo o índice de pessoas que acertaram pelo menos cinco dos sete itens ultrapassou 75%. Entre pessoas com menos de 3 anos de escolaridade, esse desempenho seria esperado, mas o que dizer de pessoas que tinham cursado cinco ou seis anos de escola e não conseguiam acertar com um mínimo de regularidade tarefas básicas de compreensão de textos escrito?

Com relação a essa questão, os resultados da tarefa de leitura aplicada na etapa qualitativa em situação de interação foram bastante esclarecedores. A tarefa consistiu na leitura de uma notícia de jornal sobre a relação entre meninos de rua e traficantes, na reprodução oral de seu conteúdo, identificação das fontes de informação e comentários sobre a qualidade do texto. Quando os sujeitos não respondiam de acordo com o esperado, as entrevistadoras pediam esclarecimentos, sugeriam novas pistas, de modo que foi possível verificar em que medida eram capazes de retificar suas respostas, integrando os estímulos oferecidos pelo interlocutor. Especialmente o desempenho manifestado pelo grupo com grau médio-baixo de alfabetismo foi esclarecedor com

relação às dificuldades que de fato estavam implicadas mesmo nos itens mais simples do teste de leitura.

Corroborando resultados de outras pesquisas (Kleiman, 1989), se constatou que a evocação de conhecimentos prévios é uma estratégia que os leitores não proficientes usam para compensar a dificuldade de extrair informações do texto. Tal estratégia foi particularmente evidente entre os sujeitos com grau baixo de alfabetismo que, tendo conseguido apreender apenas o tema geral do texto, para responder perguntas sobre ele lançam mão do que já conhecem e pensam sobre o assunto. O que se pôde observar entre o grupo com grau médio-baixo é que, em parte independentemente da dificuldade de apreender a informação textual, a evocação das próprias experiências e opiniões diante do texto é também um modo de se relacionar com a linguagem escrita. As pessoas com grau médio-baixo de alfabetismo fizeram uso restrito da linguagem escrita no trabalho e, fora desse contexto, o que predominou foi a leitura e a escrita de textos em que a função expressiva era predominante: as cartas pessoais, os diários, os livros de auto-ajuda e livros religiosos. Nesse grupo, eram raras as práticas de leitura voltadas à busca de informações específicas, que era justamente a habilidade medida pelo teste de leitura. Provavelmente foi por isso que muitos entrevistados com esse grau de alfabetismo não responderam corretamente itens aparentemente simples, como os que constavam do teste preliminar. Ainda que essas pessoas tenham demonstrado fluência na leitura oral e que, conseguissem localizar informação textual mediante muita insistência e apoio da entrevistadora, ficou claro que sua orientação não correspondia sistematicamente a uma atitude de atenção à informação literal do texto. Diferente do que propunham as tarefas do teste, as situações reais em que essas pessoas costumavam ler não exigem delas essa atitude analítica, seu objetivo era principalmente evocar lembranças e sentimento. Já entre os sujeitos com grau médio-alto e alto de alfabetismo, foi mais constante a atitude analítica diante do texto – que consistia na preocupação em discernir o que é informação textual do que é conhecimento de mundo, opiniões, lembranças e experiências próprias –, aliada à possibilidade de realizar retomadas de parte do texto para buscar informações específicas. Além de ler, essas pessoas podem consultar um texto, o que certamente é uma habilidade crucial para a realização do teste.

A luz dessas observações, foram analisadas as respostas que os sujeitos com grau baixo e médio-baixo deram aos itens do teste. Muitas delas mostravam claramente que os sujeitos não estavam habituados a retomar o texto para buscar informações específicas ou algum detalhe que eventualmente tenha passado despercebido numa primeira leitura. Parece que foi principalmente a dificuldade ou a falta de interesse em manter essa atitude metódica em relação ao texto escrito que comprometeu a compreensão das instruções ou seu cumprimento fiel. Se em vez de tarefas simuladas houvesse uma situação em que interesses reais dirigissem a leitura, o nível de atenção e meticulosidade poderia ser maior. Ainda assim, pareceu evidente que, tanto a falta de fluência quanto uma atitude de leitura mais orientada pelo interesse expressivo do que pelo analítico são aspectos que determinaram menores probabilidades de acerto nos itens propostos no teste, mesmo em se tratando dos mais simples.

Essa atitude analítica, ou interesse em distinguir no texto a informação nova da evocação do já conhecido, certamente é bastante favorecida pela prática escolar, na qual a análise de textos é uma tarefa comum. São as pessoas com graus mais altos de

escolaridade, marcadamente as que têm o ensino médio, as que mantêm com maior constância a atitude de escrutínio autônomo do texto escrito, essencial para que a escrita possa servir de meio de planejamento e controle, busca de informação e aprendizagem de novos corpos de conhecimento. Foi possível verificar que há casos excepcionais de pessoas com pouca escolaridade que adotam esse tipo de atitude frente ao texto escrito, principalmente aquelas que mais freqüentemente lêem e escrevem, porque provavelmente assim adquiriram mais fluência e agilidade na consulta ao texto, mas também – e talvez principalmente – porque, como autodidatas, desenvolveram a atitude inquisitiva que caracteriza o bom leitor.

Os critérios intencionais de construção da subamostra que participou da etapa qualitativa permitiram que se focalizassem os casos excepcionais. Entretanto, não se pode perder de vista o que indicam as análises estatísticas realizadas sobre os dados coletados junto ao conjunto da amostra que representou a população de jovens e adultos paulistanos. Elas mostram ser a escolaridade a variável com maior peso na explicação do nível de habilidade que os sujeitos manifestaram no teste de leitura. É uma variável que têm peso significativo em importantes dimensões atitudinais tais como o julgamento que os sujeitos fazem de suas habilidades de alfabetismo, seus hábitos de leitura, interesse pelo debate de assuntos públicos ou engajamento em oportunidade de educação continuada.

As decorrências que podem ser tiradas dessas análises em termos de proposição pedagógica indicam que, para garantir que a aquisição da linguagem escrita possa de fato representar um benefício individual e coletivo e uma mudança substantiva em termos culturais, as iniciativas de alfabetização devem ser concebidas como iniciativas educativas mais amplas, capazes de abarcar oportunidades de vivenciar novas formas de compreensão, expressão e ação, promovendo nos jovens e adultos o interesse pela expressão da subjetividade, pela busca de informações, pelo planejamento e controle de processos e pela aprendizagem continuada. Provavelmente, o desenvolvimento de atitudes dessa natureza requer períodos de escolarização mais prolongados, já que os sujeitos que fazem usos mais variados e constantes da leitura e da escrita em suas vidas têm pelo menos o ensino fundamental completo, ou ainda o ensino médio. O que dizem também os dados do estudo realizado em São Paulo é que são essas atitudes que garantem a funcionalidade das aprendizagens escolares, sua manutenção e desenvolvimento ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

- ASCH, S. Attitudes as cognitive structures. In: TRIANDIS, H. *Attitude and attitude change*. Nova York: John Wiley, 1971.
- GOODY, J. *The interface between the written and the oral*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- GRAFF, H. *Os labirintos da alfabetização: Reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- HEATH, S. The literate essay: Using ethnography to explode myths. In: LANGER, J. (org.). *Language, literacy and culture: Issues of society and schooling*. Norwood, New Jersey: Ablex, 1997.

- INFANTE, M. I. **Educación, comunicación y lenguaje: Fundamentos para la alfabetización de adultos en América Latina**. Ciudad de México: Centro de Estudios Educativos, 1983.
- _____. O analfabetismo funcional na América Latina: Algumas características a partir de uma pesquisa regional. In: **Encontro latino-americano sobre educação de jovens e adultos trabalhadores**. Brasília: INEP, 1994.
- _____. **Investigación regional sobre analfabetismo funcional**. Santiago: Unesco/Orealc, 1994.
- INKLES, A. e SMITH, D. **Becoming modern**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1974.
- KLEIMAN, A. **Leitura: ensino e pesquisa**. Campinas: Pontes, 1989.
- LERNER, D. **The passing of traditional society**. Nova York: Free Press, 1958.
- OLSON, D. **O mundo no papel**. São Paulo: Ática, 1997.
- RIBEIRO, V. M. **Alfabetismo e atitudes: Pesquisa com jovens e adultos**. Campinas: Papyrus / São Paulo: Ação Educativa, 1999.
- SARABÍA, B. El aprendizaje y la enseñanza de las actitudes In COLL, C. et al. **Los contenidos en la reforma. Enseñanza y aprendizaje de conceptos, procedimientos y actitudes**. Madrid: Aula XXI/Santillana, 1992.
- SCRIBNER, S.; COLE, M. **The psychology of literacy**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1981.
- STREET, B. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press.
- TRIANDRIS, H. **Attitude and attitude change**. New York: John Wiley, 1971.
- WAGNER, D. **Literacy, culture & development: Becoming literate in Morocco**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.